

# ANGELA DAVIS: AS ESCRIVÊNCIAS DE UMA MULHER NEGRA

## ANGELA DAVIS: THE ESCRIVÊNCIAS OF A BLACK WOMAN

Danilo Pereira da Silva 1  
Andiara Martins Dias 2

**Resumo:** Este texto apresenta uma resenha da obra *Uma autobiografia*, da filósofa Angela Davis. Mulher negra, ativista e intelectual, a autora retrata o cenário de embates nos âmbitos sociais, políticos e culturais dos Estados Unidos, especificamente entre as décadas de 1960 e 1970. A narrativa não-linear desta obra atravessa a infância da autora, a sua carreira universitária e a sua prisão ilegal, marco histórico que não se tratou apenas de um aprisionamento pessoal, mas, também, de uma tentativa de criminalização do Movimento Negro. As reflexões trazidas pela autora versam, principalmente, sobre o feminismo negro, além de demonstrarem o racismo estrutural e institucional presentes nas instituições carcerárias e, portanto, na sociedade, no contexto estadunidense. De maneira geral, Davis (2019) tece suas escrituras por meio da autobiografia, descrevendo suas experiências enquanto mulher negra em meio a um grande movimento contra a opressão.

**Palavras-chave:** Escrituras. Sistema Carcerário. Racismo. Feminismo Negro.

**Abstract:** This text presents a review of the book *An Autobiography*, by philosopher Angela Davis. A black woman, activist, and intellectual, the author portrays the scenario of social, political, and cultural clashes in the United States, specifically between the 1960s and 1970s. The non-linear narrative of this work goes through the author's childhood, her college career, and her illegal arrest, a historical milestone that was not only a personal imprisonment, but also an attempt to criminalize the Black Movement. The reflections brought by the author are mainly about Black feminism, besides demonstrating the structural and institutional racism present in prison institutions and, therefore, in society, in the American context. In general, Davis (2019) weaves her writings, through autobiography, describing her experiences as a black woman in the midst of a great movement against oppression.

**Keywords:** Writings. Prison System. Racism. Black Feminism.

---

Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino 1  
(PPGEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de  
Vitória da Conquista. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8306379959804708>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2408-2093>.  
E-mail: [danyllosilva9593@gmail.com](mailto:danyllosilva9593@gmail.com)

Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino 2  
(PPGEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de  
Vitória da Conquista. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7703320011256746>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5618-3748>.  
E-mail: [andiangell@hotmail.com](mailto:andiangell@hotmail.com)

A leitura sobre as vivências e experiências de escritoras negras, a exemplo de Angela Davis, nos remete, tomando emprestado de Evaristo (2007), ao conceito de escrevivência. O exercício de dizer o que se é e o que se vive materializa uma literatura, sob a escrita de mulheres negras, pautada na perspectiva de uma narrativa individual da própria vivência e, ao mesmo tempo, de uma memória coletiva. Mais que uma autobiografia política, como a própria autora assim definiu, a obra de Davis tem uma significativa importância exatamente pelo que representa: as escrevivências de uma mulher negra contadas a partir de sua própria narrativa. Daí que, conforme Evaristo (2007, p. 21) afirma acertadamente, “[...] a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Escrito em primeira pessoa, o livro *Uma autobiografia*, de Angela Davis<sup>1</sup>, chegou ao Brasil 45 anos após sua publicação nos Estados Unidos (lançado originalmente em 1974). O contexto de lutas sociais, políticas e culturais, entre as décadas de 1960 a 1970, nos Estados Unidos, é retratado nesta obra sob a ótica de uma das mais importantes ativistas e intelectuais negras desse período e da contemporaneidade.

A narrativa percorre pela infância da autora, sua carreira universitária e o marco histórico de sua prisão ilegal – que não se tratou apenas de um aprisionamento personalista, mas também de uma tentativa de criminalização do Movimento Negro –, sendo instituída como uma figura muito importante, mundialmente, principalmente para o feminismo negro. A obra é dividida em seis partes, nomeadas poeticamente de “Redes”, “Rochas”, “Águas”, “Chamas”, “Muros” e “Pontes”, que descrevem, detalhadamente, sua trajetória. É interessante notar que a cronologia do livro é estruturada pela não linearidade da narrativa, o que torna a obra mais orgânica.

Na primeira parte da obra, Davis narra suas tensões e angústias por ter sido perseguida e acusada injustamente, por motivos políticos, sendo uma das 10 pessoas mais procuradas pelo Federal Bureau of Investigation (FBI), o que a levou a ser presa, em 13 de outubro de 1970, em Nova York, direcionada à sede do FBI e, em seguida, à Casa de Detenção Feminina de Nova York, onde conheceu mais intimamente o sistema carcerário e suas diversas formas de opressão e racismo institucionalizado. A esse respeito e sobre o cotidiano nesse novo contexto, nas palavras de Davis (2019): “[...] prisões e penitenciárias são desenhadas para subjugar seres humanos, para converter sua população em espécimes de zoológico – obedientes a nossas tratadoras, mas perigosas umas para as outras” (DAVIS, 2019, p. 68). Enquanto isso, movimentos em favor da libertação da comunista, detida por razões políticas, já haviam começado a se formar desde o momento de sua prisão – tanto articulações de grupos fora quanto de dentro da prisão por suas “irmãs” também prisioneiras e, surpreendentemente, por algumas agentes penitenciárias negras.

A experiência de Davis com o aprisionamento influenciou, de algum modo, suas reflexões, pensamento e obras, como *A liberdade é uma luta constante* (2015) e *Estarão as prisões obsoletas?* (2003). A partir da perspectiva interseccional de gênero-raça-classe e de suas reflexões sobre o feminismo negro no mundo, a autora nos mostra que a prisão, sobretudo no contexto estadunidense, e o discurso em torno dela são fabricados e desenhados para o aprisionamento e apagamento de corpos negros. Daí sua defesa pelo abolicionismo prisional. Daí a construção e o protagonismo do saber-resistência materializado nos corpos de mulheres negras pelo mundo.

Antes de sua extradição para a Califórnia, Davis deu início a um movimento revolucionário, com apoio de suas “irmãs” prisioneiras. Aqui, a autora traz uma reflexão interessante sobre o racismo, em uma conversa escondida com suas companheiras, ao afirmar que:

1 Nascida no sul dos Estados Unidos, Alabama, em 1944, Angela Yvonne Davis é filósofa e professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia. Escritora de diversos livros, dentre eles *Mulheres, raça e classe* (2016), *Mulheres, cultura e política* (2017) e *A liberdade é uma luta constante* (2018), publicados no Brasil também pela editora Boitempo.

[...] ele não é apenas a atitude de tratar as pessoas negras como inferiores. O racismo é, em primeiro lugar, uma arma usada pelas pessoas abastadas para elevar os lucros obtidos – ao pagar menos pelo trabalho do operariado negro (DAVIS, 2019, p. 76).

Na segunda parte do livro, a autora faz uma retrospectiva de sua infância e de sua educação. Angela Yvonne Davis nasceu em Birmingham, Alabama, em 26 de janeiro de 1944, num contexto acentuado de racismo e grande movimentação política nos Estados Unidos. O racismo, neste país, era legitimado, por exemplo, pela segregação racial, entre outras questões, caracterizada pela definição de um lugar para pessoas negras e um lugar para pessoas brancas, em diversos ambientes, como escolas, transportes públicos, bairros etc., além do racismo enraizado no imaginário e nas práticas sociais. Essa conjuntura se destaca muito fortemente quando relata sobre sua cidade natal:

[...] se precisássemos ir ao banheiro ou quiséssemos um copo de água, tínhamos de procurar o cartaz com a inscrição ‘de cor’. A maioria das crianças negras do Sul da minha geração aprendeu a ler as palavras ‘de cor’ e ‘brancos’ muito antes de aprender o alfabeto (DAVIS, 2019, p. 95).

Nos relatos da autora, é possível identificar uma denúncia à meritocracia ainda presente na contemporaneidade: “Naquela época, como agora, o mito predominante era o de que a pobreza é um castigo pela preguiça e pela indolência [...]” (DAVIS, 2019, p. 100). Ou seja, a pobreza era e ainda é explicada pela insuficiência de um esforço particular.

É relatado ainda como o preconceito racial se forma no contexto norte-americano, que tradicionalmente se vale dos critérios de descendência, o que dialoga com o que Oracy Nogueira (2007), sociólogo brasileiro, chama de “preconceito de origem”, pautado principalmente pela suposição da descendência étnica de um grupo específico para que este sofra preconceito racial. A autora observa que essa classificação perdurou durante muito tempo e integrou as leis Jim Crow<sup>2</sup> como uma justificativa para a discriminação racial. Davis tornou-se bolsista do American Friends Service Committee (Comitê da Assistência dos Amigos Estadunidenses; AFSC, na sigla original), da Elisabeth Irwin High School (foi considerada radicalmente esquerdista por um suposto apoio ao comunismo de diversos professores, sendo estes incluídos numa lista pelo Conselho de Educação desde a era McCarthy), em Nova York, onde aprendeu sobre o socialismo.

A imersão nas leituras do livro O Manifesto Comunista, clássico marxista, marcou sua introdução ao comunismo. A partir disso, começou a enxergar os problemas e encontrar respostas para os dilemas a respeito do povo negro no movimento da classe trabalhadora. Segundo a autora, o que marcou sua leitura foi a perspectiva de uma sociedade “[...] sem opressores nem oprimidos, numa sociedade sem classes, uma sociedade em que não seria permitido possuir tanto que se pudesse usar as próprias posses para explorar outros seres humanos” (DAVIS, 2019, p. 119). Nesse mesmo período, foi convidada para os encontros do Advance (Progresso), organização de jovens marxista-leninista, irmã do Partido Comunista.

Na terceira parte do livro, Águas, Davis relata sua ida para a Universidade Brandeis, em Waltham, Massachusetts. Entre uma temporada de estudos na França e aproximações com a filosofia através de seu encontro com o filósofo político Herbert Marcuse e das leituras indicadas por ele, ela decide se candidatar a uma bolsa de estudos para estudar filosofia na Universidade de Frankfurt. Durante esse período, leu todos os escritos de Theodor Adorno, Max Horkheimer e do próprio Marcuse, considerados teóricos críticos, e participou do seminário de pós-graduação sobre a *Crítica da razão pura*, obra de Kant, comandado por Marcuse. Após sua formatura, Davis foi para a Alemanha, onde iniciou pesquisas de pós-graduação. Concomitantemente, em uma marcha no Mississippi, em meados de 1960, aparece o lema *Black Power* (Poder negro), questionador das estruturas segregacionistas e racistas, e surge uma organiza-

<sup>2</sup> Jim Crow laws, em inglês, foram leis promulgadas nos Sul dos Estados Unidos que vigoraram até 1965, com o objetivo de institucionalização da segregação racial, afetando diversos grupos étnicos.

ção chamada Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa, na Califórnia.

Chamas é a quarta parte da obra. Neste capítulo, a autora relata seu retorno aos EUA, onde se matriculou na Universidade da Califórnia, San Diego, dando início ao seu mestrado. Simultaneamente, passa a ter mais aproximação ao Partido Comunista, aos movimentos negros e às manifestações nos EUA. Em seguida, decidiu filiar-se, informalmente, ao Black Student Council (Conselho Estudantil Negro; BSC, na sigla original) da mesma Faculdade Estadual de San Diego; fez amizade com Ed Lyn (um marinheiro negro da base naval de Balboa que desafiou a discriminação racial); iniciou suas aproximações com o Partido Político dos Panteras Negras (BPPP, na sigla original).

Davis expõe o machismo presente entre seus próprios parceiros de luta, por meio da “[...] presença generalizada de uma lastimável síndrome entre alguns ativistas negros do sexo masculino: a de confundir sua atividade política com a afirmação de sua masculinidade [...]” (DAVIS, 2019, p. 163). A autora observa que algumas figuras masculinas acreditavam em uma pretensa superioridade de sua condição de homem negro em relação à mulher negra. Um movimento de resistência foi instituído em função do assassinato brutal de Gregory Clark pela polícia e, logo depois, da notícia do homicídio de Martin Luther King por um homem branco. Com isso, o Comitê Não Violento de Coordenação Estudantil (SNCC, na sigla original), de Los Angeles, a SNCC Youth Corps (Unidade Juvenil do SNCC) e a Escola de libertação, liderada por Angela, ganharam ênfase, o que acentuou o machismo, justificando-se pela suposta ameaça feminina, que chamavam de “golpe de Estado matriarcal”. O SNCC, nesse período, temia sua associação ao comunismo e repudiava ideias marxistas, o que explica a expulsão de Franklin Alexander, uma das principais figuras da organização, e, logo após, a demissão de Angela pela postura ditatorial e anticomunista do representante nacional. Por fim, o SCC teve suas portas fechadas. Mediante essa desvinculação e necessidade de integrar “um partido revolucionário sério”, Davis se tornou uma integrante habilitada do Partido Comunista dos Estados Unidos.

Com sua aprovação no exame de doutorado, a autora relata que começou a trabalhar no projeto de sua tese, tornando-se professora assistente na Universidade da Califórnia do Departamento de Filosofia e ingressando no Partido dos Panteras Negras. O envolvimento nesses grupos foi o que lhe causou uma maior atenção vinda do governo estadunidense. Após a crise do Partido dos Panteras, dos confrontos direcionados à administração da universidade de San Diego e dos movimentos militantes em favor das minorias, o Conselho de Regentes, pautado nas regras do manual, de 1949, que proibia a contratação de membros do Partido Comunista, a demitiu da faculdade em 1969. As mobilizações de diversas pessoas e órgãos cooperaram para uma liminar que proibia o Conselho de executar a demissão por motivos políticos. Dessa forma, Davis reingressou no exercício docente, porém o seu contrato não foi renovado no ano seguinte.

Depois de uma invasão policial sem justificativa na sede dos Panteras e um confronto com a polícia, as movimentações populares cresceram a favor da comunidade negra, e houve a convocação de uma greve geral. A marcha de reivindicação contra a repressão policial e libertação de membros aprisionados dos Panteras movimentou aproximadamente 10 mil pessoas. Com estes relatos, a autora demonstra a importância da resistência e do protagonismo de mulheres negras contra a opressão e repressão policial direcionadas ao povo negro, sobretudo às mulheres negras.

Ainda no capítulo quatro, um caso interessante é relatado pela autora. Ela recebeu uma intimação para testemunhar num caso: um homem negro acusado, injustamente, de matar um homem branco em um assalto. Davis observa, neste caso, questões importantes acerca da segregação social e racial, do racismo e do preconceito de classe. Relata, também, outro caso importante, a falsa acusação de assassinato de um agente prisional por George Jackson, John Clutchette e Fleeta Drumgo, conhecidos como “Irmãos Soledad” por terem sido presos na prisão de Soledad. Simultaneamente, Davis, mesmo com seus embates e obrigações profissionais, atuou em favor dos movimentos de massa pela libertação dos irmãos e se envolveu em uma fuga do prisioneiro político George Jackson e de outros fugitivos. Houve um tiroteio, e Jackson armou vários prisioneiros na tentativa de libertá-los. Uma das armas utilizadas no confronto estava registrada em nome de Angela, argumento utilizado pela polícia para justifi-

car sua prisão.

Na penúltima parte da obra intitulada *Muros*, Davis (2019) retoma a narrativa da sua extradição e audiência de acusação por assassinato, sequestro e conspiração, pelo incidente no tribunal que a levou a ser presa. A postura dela na prisão foi bastante categórica. Não abaixou a guarda sequer um segundo, apesar do clima mórbido do lugar. A equipe jurídica e o Comitê Nacional Unificado pela Libertação de Angela Davis trabalharam fortemente para sua libertação, chegando a elaborar o livro intitulado *If They Come in the Morning (Se vierem pela manhã)*, que versava sobre sua vida e prisão. Em 21 de agosto de 1971, Davis recebeu, com muita tristeza, a notícia de que os agentes prisionais haviam matado George Jackson. Depois disso, a pena de morte foi considerada inconstitucional e, portanto, abolida. Após dezesseis meses de prisão, Davis foi liberta e sujeita a uma fiança de US\$ 102.500, surpreendentemente paga por um fazendeiro branco, afetado com o movimento por sua liberdade. Davis foi finalmente libertada. Ao final desse capítulo, a autora partilha uma série de fotografias de sua trajetória.

Na última parte, Pontes, Davis revela que quando ainda estava presa, os Irmãos Soledad foram absolvidos. Angela continuou combativa, com brilhante atuação na elaboração de sua defesa no próprio julgamento, argumentando e demonstrando, com ousadia, provas de sua inocência. Depois de vários meses, em meio a uma forte movimentação e efervescência popular a favor de Davis, ela foi declarada inocente. A autora finaliza: “Antes, porém, a grama, o sol... E as pessoas” (DAVIS, 2019, p. 378).

Informações de publicação da obra são trazidas no verso da última página, junto a foto de Marielle Franco e alguns dados sobre sua morte. Ao final, uma indagação feita pelo editorial, e por nós: “Quem mandou matar Marielle?”. Com isso, destacamos a importância do conhecimento desta obra para o contexto político brasileiro. Marielle teve sua vida cerceada por motivos políticos, e assim como Angela Davis, dedicou-se à luta pela dignidade humana. A obra atravessa subjetividades, intelectualidades, saberes e discursos de resistência de mulheres negras pelo mundo. É, portanto, central a discussão de gênero-raça-classe para compreender os processos que permeiam o racismo, o capitalismo e a modernidade, num movimento que rasura a estrutura colonial-branca-eurocêntrica-machista-sexista-racista, construindo novos saberes a partir de escrituras de mulheres negras, especialmente àquelas que sofreram e sofrem violência política.

De modo geral, Davis (2019) escreve sua autobiografia de forma penetrante, transmitindo suas experiências enquanto mulher negra no caminho de um grande movimento contra a opressão nos Estados Unidos. Diversos problemas políticos e de ordem racial são abordados nesta obra com uma linguagem bastante acessível. Anielle Franco, convidada à escrita da orelha do livro, afirma que é impossível não ser impactada pela leitura, principalmente porque é mulher negra, da favela, ativista e irmã de Marielle Franco. Não só a essas mulheres, mas a todos pode ser indicada a leitura desse livro. Essas escrituras precisam ser conhecidas e reconhecidas.

## Referências

DAVIS, A. Y. **Uma autobiografia**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 1 jun. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320702007000100015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702007000100015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 12 ago. 2020.

Recebido em: 08 de dezembro de 2020.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.